



TEMPO REDUZIDO DO SINAL AMARELO LEVANTA SUSPEITAS

# PROMOTOR VAI FAZER DEVASSA NA INDÚSTRIA DE MULTAS DO RIO

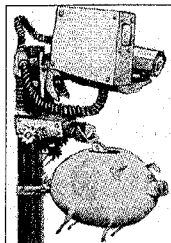
CONTRATOS FIRMADOS ENTRE A PREFEITURA E OS CONSÓRCIOS QUE ADMINISTRAM OS PARDAIS SERÃO INVESTIGADOS. MINISTÉRIO PÚBLICO DIZ HAVER INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES. **PÁGINA 7**



# MP decide abrir caixa preta da fiscalização eletrônica

Inquérito é erto para investigar tempo insuficiente do sinal amarelo no Rio

■ ANTERO GOMES  
agomes@extra.inf.br



■ O Ministério Público estadual (MP) fará uma devassa na indústria da multa no Rio.

Ontem, por entender que há indícios de que os tempos de exposição da luz amarela de sinais de trânsito são insuficientes, propiciando excesso de mul-

tas, o MP abriu um inquérito civil. Segundo o promotor substituto da 8ª Promotoria de Tutela Coletiva, Gustavo Santana Nogueira, também foi aberto, ontem, um procedimento preparatório para analisar os contratos de fiscalização por avanço de sinal firmados entre empresas e a Prefeitura do Rio.

## Contratos investigados

— Há indícios de irregularidades. O tempo (de duração) do amarelo parece muito curto; e isso estimula mais

multas. Muitos municípios vêm isso (a fiscalização) como fonte de renda — disse Gustavo Nogueira.

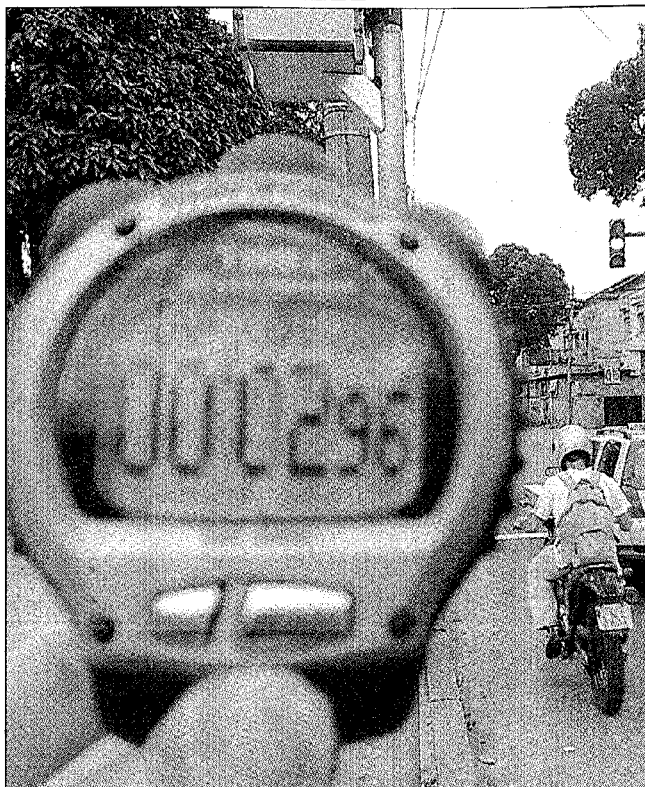
O MP também decidiu investigar os contratos de empresas que operam os pardais de fiscalização eletrônica com o município, por conta de denúncias feitas ontem pelo EXTRA. Dois consórcios — SDFE e Interceções — exploram cem pontos (cada ponto pode ter mais de um pardal) de fiscalização por avanço de sinal no Rio. O primeiro foi contratado para operar 49

pontos. O segundo, 51.

Em 22 de abril, provocado por denúncias feitas pelo EXTRA, o MP abriu um procedimento preparatório para investigar os tempos dos sinais. Devido aos indícios de irregularidade, o procedimento virou um inquérito. Nesta nova fase do processo, se ficar provado realmente que houve irregularidades, o MP pode fazer um termo de ajustamento de conduta com a prefeitura ou ingressar com uma ação na Justiça, para forçar as mudanças.

O GOLPE DO AMARELO

ANTERO GOMES



PARDAL NA JOÃO Vicente, sentido Bento Ribeiro: recorde de multas



MEMÓRIA INDÚSTRIA DA MULTA

# Mais de R\$ 15 milhões

■ Formados por oito empresas ao todo, os dois consórcios contratados para instalar e operar os pardais de avanço de sinal na cidade já receberam, juntos, em dois anos, R\$ 15,6 milhões. As companhias ganham por cada multa paga. Os dados constam de um documento enviado pela CET-Rio à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os aparelhos de fiscalização no Rio.

O Consórcio SDFE, responsável pelo contrato 29/2006, embolsou R\$ 7,569 milhões. O montante refere-se ao período entre maio de 2007, quando se iniciou a operação, e maio de 2009. O consórcio foi criado pelas empresas Sitran Comércio e Indústria, Dataprom Equipamentos e Serviços de Informática, Fiscal Tecnologia e Engebrás S/A.

Já o Consórcio Interceções, responsável pelo contrato 030/2006, embolsou R\$

8,072 milhões. Esse montante equivale ao período entre junho de 2007 e maio de 2009. O consórcio Interceções foi formado pelas empresas Sitran Sinalização de Trânsito Industrial, GCT Gerenciamento e Controle de Trânsito, Brascontrol Indústria e Comércio e Construtora Cinzel.

## CPI é prorrogada

Ontem, foi aprovada a prorrogação, por mais 60 dias, da CPI dos Pardais. Também foi escolhido o novo relator, que substituirá a vereadora Tereza Bergher (PSDB), que pedira afastamento. O novo relator será o vereador Eider Dantas (DEM). A comissão deve ficar com um integrante a menos, já que o PSDB não quis indicar um substituto para o lugar de Tereza.

— Há indícios de que existe, sim, uma indústria da multa no Rio — disse a presidente da CPI, vereadora Lílíam Sá (PR).

# Regulamentação pelo Denatran

■ Por mais de dois meses, o EXTRA cronometrou 90 sinais do Rio controlados por fiscalização eletrônica. Descobriu que 62 deles estavam com os tempos de exposição da luz amarela inferiores ao que sugeriu o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), numa consulta feita ao órgão federal em março deste ano. O tempo adequado para passagem com segurança dos motoristas seria de 4 segundos para vias com 60km/h, e não 3, como acontece hoje no Rio. O tempo de 4 segundos é adotado em São Paulo.

Por causa das denúncias, foi criada uma CPI na Câmara Municipal; o Denatran decidiu que iria regulamentar os tempos



mínimos de exposição de amarelo, o que não existe hoje no país; e o Ministério Público passou a investigar os aparelhos de fiscalização no Rio.